

desde as práticas sociais que a RECID disponibiliza e socializa que venha assegurar processos mais rápidos e ousados na construção do Projeto popular para o Brasil? Qual a contribuição Política da RECID para esse fortalecimento?

Tendo presente o enorme desafio da reflexão acerca da Dimensão Política de um trabalho de educação popular presente em todo o território nacional, envolvendo inúmeros(as) educadores(as), contratados(as) e voluntários(as) e diferentes movimentos sociais, incidindo na sua formação política e pedagógica, é que descrevemos as ações que contribuíram e dão sentido político e pedagógico ao Movimento de Educação Popular da RECID no período em curso.

Dimensão Política nos Planos de Trabalho anuais da RECID (2011-2014)

A Dimensão Política da RECID aparece nos documentos como prioridades assumidas a cada ano. Essa dimensão acompanha a RECID desde a origem, pois nasceu forjada pela realidade da fome e da miséria dos empobrecidos e excluídos das políticas públicas. No entanto, ela toma maior força e expressão a partir do segundo período, com a elaboração do Projeto Político-Pedagógico (PPP/2007).

Este Projeto Político-Pedagógico aponta para uma ampliação do horizonte político desta Rede de Educadores(as) Populares, inicialmente articulado em torno da superação da Fome e da miséria e das políticas públicas estruturantes propostas pelo Programa Fome Zero, lançado pelo Governo Lula, em 2003. O PPP supera os próprios limites da Rede ao debruçar-se sobre a necessidade de redesenharmos os passos da educação popular em nosso país a partir do firme compromisso com a construção de um Projeto Popular para o Brasil (PPP, 2007, p. 3).

No Plano Político-Pedagógico e Organizativo da RECID para o triênio 2012-2014, se encontram cinco grandes desafios estratégicos que devem receber atenção especial da RECID nesse triênio, em vista de ganharem mais unidade, potencialidade e força. Esses desafios foram discutidos e deliberados no 11º Encontro Nacional. São eles: a) fortalecer as lutas contra os impactos do modelo neodesenvolvimentista, a partir do Projeto Popular para o Brasil; b) fortalecer as lutas contra o processo de exclusão socioterritorial dos centros urbanos; c) fortalecer as organizações e lutas contra as opressões e discriminações, com especial destaque para as que atingem a juventude e as mulheres; d) radicalização da democracia; e) fortalecimento de ações que acumulem para a construção do Projeto Popular para o Brasil (PPPO, 2012, p. 6-7).

A partir desses desafios para o triênio, em 2012, por exemplo, a RECID se articula politicamente nos estados e em nível nacional para estudar a temática Rio +20 e cúpula dos povos, em diálogo com os movimentos sociais. Ela se envolve e participa do CONSEA⁹, fortalece a participação no Grito dos Excluídos, na 5ª Semana Social Brasileira, no Primeiro Fórum Nacional de Hip-hop, no Grupo de Fé e Política, na campanha nacional contra o extermínio da juventude e a criminalização da pobreza e ainda se envolve na luta pelos 10% do PIB para a Educação. Nesse movimento político-educativo, algumas vezes a RECID pauta os movimentos sociais, outras vezes é pautada por eles.

Se observados os Planos de Trabalho de cada ano, percebe-se nitidamente que a RECID projeta suas ações em sintonia e articuladas com o Projeto Político-Pedagógico de 2007, com o Plano Político-Pedagógico e Organizativo: triênio 2012-2014 e com o 3º Programa Nacional de Formação, em curso. No período desta descrição narrativa, são perceptíveis a fiel conexão entre estes documentos e as ações desenvolvidas, a construção de estratégias de acompanhamento e avaliação nos diferentes níveis. Essa organização projetiva assegura a intencionalidade política e mantém firme o fio condutor do projeto popular para o Brasil, contrariando, a cada passo, o projeto social hegemônico.

Em 2011, primeiro ano desse período, a RECID faz uma ampla avaliação das atividades pedagógicas, políticas, de organicidade e gestão do ano anterior, durante a Reunião Ampliada de 25 a 27 de fevereiro de 2011, que resultou na Carta Circular nº 04 e num extenso relatório. Essa reunião teve por objetivo: “Partilhar a realidade e os processos políticos e pedagógicos estaduais, macrorregionais, refletir e aprofundar as ações da RECID e sua articulação no âmbito da Secretaria-Geral da Presidência e definir o planejamento de 2011 à luz dos encaminhamentos do 11º Encontro Nacional e da nova conjuntura” (RELATÓRIO 1ª Reunião Ampliada, 2011, p. 4). Na oportunidade, cada estado explicitou, concretamente, as articulações políticas feitas e as dificuldades encontradas nesse campo.

9 Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) é um instrumento de articulação entre governo e sociedade civil na proposição de diretrizes para as ações na área da alimentação e nutrição. Instalado no dia 30 de janeiro de 2003, o Conselho tem caráter consultivo e assessoria o presidente da República na formulação de políticas e na definição de orientações para que o país garanta o direito humano à alimentação (BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e combate à Fome. Disponível em: MDS.gov.br Acesso em: 14 jul. 2014).

Desde essa avaliação, a RECID constrói seu Plano de Trabalho para 2011, propondo, na Linha 2:

Fortalecer as articulações com os Movimentos Sociais: reunião nacional com os movimentos e organizações sociais; construir uma pauta com a organicidade para garantir conhecimentos em comum; garantir a participação da RECID nos espaços de lutas: Marcha das Mulheres, Grito da Terra, assembleia popular, outros; reforma política local-nacional urgente; intercâmbio de educação popular com outros países; pensar a articulação para além da América Latina; fortalecer os coletivos estaduais com a participação efetiva dos movimentos sociais e das organizações sociais; garantir a participação de educadores populares da rede nas escolas de formação política; mapear os educadores que estão nesse espaço, realizar um seminário nacional para retomar o debate da educação popular como política pública com os movimentos sociais; puxar o debate do sistema nacional de participação social; dialogar com os espaços de educação do campo, as conferências como espaços de articulação (RELATÓRIO, 2011, p. 37).

Na Linha 4 propõe:

Debater e aprofundar os projetos de sociedade e modelo de desenvolvimento afirmando a educação popular e participação social (como elementos essenciais) à estratégia de superação da miséria, condicionando essa bandeira ao aprofundamento sobre o programa de governo com incidência nas política sociais e reformas estruturantes levantando os limites desta política nos marcos do modelo capitalista, tendo em vista a construção de um projeto popular para o Brasil: desencadear uma agenda de diálogos com os movimentos sociais e Governo sobre o programa de governo e a questão da erradicação da miséria e construção dos desdobramentos; realizar I Seminário nacional com a participação dos movimentos sociais e gestores públicos, para debater o programa de governo e a estratégia de superação da miséria; realizar II Seminário nacional com a participação dos movimentos sociais para aprofundamento teórico sobre o tema; realizar III Seminário nacional com a participação dos movimentos sociais para formalização e encaminhamento de proposta sobre o tema; desencadear uma agenda de diálogos com os movimentos sociais e governo para avaliação do processo (RELATÓRIO, 2011, p. 38-39).

O Plano de Trabalho de 2013 evidencia quatro importantes articulações políticas da RECID: a) celebração dos 10 anos da RECID, motivando os(as) educadores(as) a apropriar-se da “memória”, que a fez construir esse legado até os dias atuais, e a partir dela aprofundar com os movimentos sociais e setores de governo a construção da Política Nacional de Educação Popular; b) Encontro Nacional da Juventude da RECID, um tema que perpassou todo o ano – a partir desse encontro, vieram outras articulações políticas que aprofundaram a opção e o compromisso com os jovens; c) compromisso da Rede com o Processo da Conferência Nacional de Educação (CONAE), procurando animar todos(as) os(as) educadores(as) para essa participação nas etapas municipais e estaduais; d) campanha contra os agrotóxicos e defesa da agroecologia.

Em 2014, a RECID faz a opção política de: mapear as entidades que compõem os coletivos estaduais e parceiras da RECID da sociedade civil e governamentais; fortalecer os Comitês Populares da Copa (CPC) nas capitais que receberão o evento da copa do mundo e cidades “dormitórios com o intuito de evitar a violação dos Direitos Humanos; consolidação do Grupo de Trabalho de Articulação Política; manter um calendário de lutas e ações nacionais; parceria RECID/Ministério da Cultura para fortalecer o projeto Mais Cultura nas escolas (PLANO DE TRABALHO DA RECID, 2014, p. 4-5).

Política Nacional de Educação Popular (PNEP)

Em destaque nesse período aparece o envolvimento direto da RECID no debate sobre a construção da Política Nacional de Educação Popular. Naturalmente, é sua principal mobilizadora, pois essa Política, resultado de tantas lutas, vem assegurar a continuidade, em boa medida, de experiências de Educação Popular inovadoras, iniciadas por Paulo Freire e recriadas/continuadas por centenas de educadores(as) populares em todo o território nacional, via RECID.

Como parte dessa construção iniciada no âmbito da RECID, desde 2011 até os dias atuais, o Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã (DEPMC), ligado à Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República, tem dedicado grande esforço no processo de construção da referida política. Em síntese, três movimentos processuais culminaram com a proposta: a) a RECID envolve diversos segmentos sociais em atividades de formação, tendo como foco a educação em direitos humanos e educação popular em parceria com a Secretaria de DH da PR; b) a articulação governamental de processos formativos envolve em torno de 100 projetos, ações e programas de 30 órgãos governamentais. Nesses espaços, envolve conselheiros, lideranças sociais da economia solidária e Sistema Único de Saúde, entre outras; c) construção do diálogo entre universidades e centros de Educação Popular do Brasil.

Tendo presente o desafio da construção dessa importante política, a RECID se coloca em movimento permanente e prioriza ações para essa construção. Um registro desse processo a nós fornecido por Vera Lucia Lourido Barreto, do Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã da SG/PR, guarda uma agenda de inúmeras reuniões realizadas pela RECID para que esse trabalho se viabilizasse. Entre tantas ações, destaca-se:

Em dezembro de 2012, o DEPMC/SNAS/SG/PR organizou oficina sobre a atualidade da Educação Popular no Brasil, pelo DEPMC/SNAS/SG/PR, que envolveu dez universidades, o Instituto Paulo Freire, a Escola Nacional Florestan Fernandes, a Escola Nacional de Formação da Contag, a Escola Sindical da CUT e o Centro Nacional de Formação em Economia Solidária. Também participaram desta atividade os ministérios da Educação, da Saúde, do Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Cultura. Em outubro de 2013 o DEPMC/SNAS/SG/PR apresentou a proposta da Política Nacional de Educação Popular no Congresso da Associação Nacional de Pós-graduação (Anped) e Pesquisa em Educação. Nos dias 29 e 30 de outubro de 2013, o DEPMC/SNAS/SG/PR organizou o 1º Seminário da Política Nacional de Educação Popular com o tema: A Educação Popular na Institucionalidade que contou com a participação do educador popular e sociólogo peruano Oscar Jara Holliday, do Conselho de Educação Popular da América Latina e do Caribe (CEAAL) e presença de mais de 100 pessoas, entre gestores públicos do governo federal, representantes dos movimentos sociais e populares, escolas de educação popular da CUT, CONTAG, MST, Centros de Formação em economia solidária, Fóruns de Educação de jovens e adultos, de economia solidária, educação do campo, professores universitários, Movimento de Educação de Base, Instituto Paulo Freire, Rede Movas, Rede de Educação Cidadã e outros. No seminário foi consolidado o texto do Marco de Referência de Educação Popular para as Políticas Públicas, levado à consulta pública via www.participa.br/educultura (p. 2-3).

A partir do Seminário referido acima, foi constituído um GT Interministerial da Política Nacional de Educação Popular com 8 representantes do Governo Federal e 8 representantes da Sociedade Civil e de Universidades, com participação da própria RECID, cujo objetivo era avançar para a formulação de uma

Política Nacional de Educação Popular (PNEP). O debate sobre a PNEP está em curso no Governo Federal.

Como acabamos de ver, seria injusto não reconhecer o esforço, a dedicação e o compromisso político-pedagógico da RECID neste último período, no sentido de reunir e dialogar com diferentes movimentos sociais para garantir a construção de um texto de políticas públicas em educação popular que assegure os direitos humanos e a dignidade às pessoas e aos grupos que ainda se encontram à margem social. A Educação em Direitos Humanos permeou o debate e está garantido nessa Política.

Movimentos singulares: Encontro dos Movimentos Sociais e da Juventude

O período de 2011 a 2014 mostra-se fecundo e produtivo no avanço das relações estabelecidas entre a RECID e os movimentos sociais populares, do campo e da cidade, em nível nacional.

Atendendo ao Princípio 2º – Fortalecimento das lutas e dos Movimentos Sociais Populares (PPP, 2007, p. 14) – e suas diretrizes, foi realizado o seminário Brasil, questões e desafios atuais, entre os dias 19 a 21 de outubro de 2011, no Centro de Formação Vicente Canas – Luziânia-GO. A RECID, o Instituto Paulo Freire e a Secretaria-Geral da Presidência da República e a Secretaria Especial de Direitos Humanos foram os promotores desse encontro. Teve por objetivo principal: compreender as raízes históricas da pobreza e da miséria e o modelo de desenvolvimento em curso no país, identificando os desafios para os movimentos sociais e para a organização popular, assim como para o fortalecimento do Projeto Popular. Essa iniciativa significou um passo importante de aproximação política da Rede de Educação Cidadã com os movimentos sociais.

Entre as primeiras ideias, a decisão política de realizá-lo e a construção de seu planejamento, houve amplo debate, organizado em duas rodas de diálogos nos meses de junho e julho entre RECID e MS, no sentido de assegurar a melhor forma e o conteúdo para um acontecimento que marcaria uma nova relação política entre eles. Nessas rodas de diálogo que antecederam e prepararam o seminário, participaram: MOPS, MEB, MTD, MTST, MST, CAMP, Fórum de População de Rua do DF, ANEPS, ANVISA, FBES, Cáritas, CFES Nacional, PJ, PJMP, Terra Livre, CONTAG, Intervezes e CNBB. Há que se reconhecer a força política presente nessa preparação ao Seminário. Precisamente, seu resultado foi fruto desses primeiros momentos.

Salienta-se a existência de um relatório que se inicia pela memória do proces-

so preparatório – reuniões e articulações nacionais, cujo movimento pedagógico participativo concebeu o Seminário: objetivos, conteúdo, metodologia e assessores. Com 31 páginas, esse documento dá conta de um registro primoroso acerca de uma prática política de significado político e pedagógico para as políticas públicas de Governo e para estabelecer relações de diálogo entre Governo e sociedade civil. Essa foi uma importante oportunidade da RECID se mostrar aos movimentos sociais populares: como está organizada, onde, quem são os sujeitos sociais que a levam para junto do povo, como ela se articula, com que recursos; como trata as questões pedagógicas, políticas e de gestão em espaços distintos e diversos de Educação Popular, enfrentando as contradições sociais que brotam da realidade onde atua. Os(as) educadores(as) populares puderam contar a história da RECID, fazendo memória de sua criação e constituição e, sobretudo, explicitando como se articula para não perder de vista o projeto popular para o Brasil. Na igual medida, o encontro e a convivência social entre os participantes proporcionaram a oportunidade de a RECID ouvir os movimentos sociais e suas demandas, representados pelos assessores, cujos debates travados em torno das questões emergentes no combate ao capitalismo, com vistas à construção do projeto popular para o Brasil, continuam desafiando as opções políticas, pedagógicas e organizativas da RECID.

A metodologia inspirada em Paulo Freire, que provocou as rodas de diálogo, foi fundamental. Constituíram-se momentos de aprofundamento, debate e formulação de questões pertinentes ao tema. Os assessores, devidamente escolhidos pela sua trajetória de luta e compromisso com as mudanças estruturais do país, foram: Graciela Rodrigues, Rede Brasileira pela Integração dos Povos; João Pedro Stédile, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra; João Sicsu, professor do Instituto de Economia da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro).

Essa iniciativa, de promover esse encontro, os temas estudados, o debate em torno de questões polêmicas que pautam a RECID e os movimentos sociais, fortaleceu a relação política e os trabalhos realizados em conjunto. Portanto, esse encontro é mais uma evidência de que, nesse período, a RECID atuou em consonância com os movimentos sociais, em diferentes territórios, buscando retirar a população extremamente pobre de sua condição, rompendo o círculo vicioso da exclusão social.

Da mesma forma ocorreu com o Encontro Nacional da Juventude da RECID, tratado com mais detalhes na Dimensão Pedagógica, dado seu caráter educativo e formativo tanto para a RECID quanto para as juventudes. Pela sua importância e permanência, ele volta a ser lembrado nesta Dimensão Política, tendo presente que a RECID tem estado atenta aos desafios da realidade das classes populares, mesmo que, em alguns casos, não esteja assegurado no convênio. Por

essa atenção e esse compromisso político com grupos desprovidos de condições sociais, dignidade e direitos humanos, como é o caso das juventudes em nosso país, a RECID faz uma opção política e pedagógica singular ao chamar para si a questão da juventude, especialmente ao tratar, com preocupação, o extermínio dos jovens brasileiros. Na carta final do Relatório do I Encontro da Juventude da RECID, encontramos:

Apesar da construção de diversas políticas direcionadas às juventudes (criação do conselho nacional da juventude, das conferências, expansão de vagas e inclusão no ensino superior, entre outras), as mesmas ainda estão sendo exterminadas nas grandes cidades, encontram-se em condições precárias para permanecerem no campo, tem pouco acesso a uma educação de qualidade em todos os níveis, entre outras dificuldades vividas pela grande maioria dos jovens no Brasil.

Tendo presente essa realidade, a RECID se compromete em fortalecer todas as lutas que contribuam com a construção de reformas estruturantes e garantia dos Direitos Humanos da Juventude, à luz do Projeto Popular para o Brasil.

Chama a atenção que desde os primeiros movimentos para a realização desse Encontro Nacional da Juventude, como fruto dessa opção política, inegavelmente acertada, se percebe, atualmente, inúmeros(as) educadores(as) jovens contratados, assim como o aumento do número de voluntários jovens para esse trabalho. Atualmente, é visível a juventude pautando e provocando a RECID em todos os níveis.¹⁰ Portanto, é relevante reconhecer no período entre outubro de 2011 e final de 2012 duas opções extremamente comprometidas e corajosas da RECID. Os densos relatórios que guardam a memória desses encontros, disponíveis e ao alcance de nossas mãos no site da RECID, são recomendados à leitura de todos nós.

Pela pertinência e importância dessa temática e, sobretudo, pela rápida evolução e Dimensão Política tomada nesse período, recomenda-se a leitura do texto: “A RECID e o Campo Popular” (p. 41-46), parte da publicação *Sem cercas e muros: a educação popular no meio do povo*, de 2012.

¹⁰ Sobre essa realidade, pode ser consultado no site da RECID (www.recid.org.br) um ensaio estatístico dos dados dos educadores(as) em 2011, onde aparece a escolaridade, idade, sexo e carga horária dos educadores(as) contratados.

Parcerias políticas que a RECID estabeleceu

No decorrer de 2011 a 2014, a RECID estabeleceu importantes relações de parceria política com movimentos sociais e populares de influência social, no âmbito nacional e estadual. É preciso lembrar que essas relações não se mostram apenas como “uma possibilidade, e sim, uma orientação política expressa pelos engajamentos nas lutas destas organizações e pela promoção de ações conjuntas, na perspectiva da constituição do Projeto Popular pelo Brasil” (Sem cercas e muros..., 2012, p. 42). De acordo com esse documento, as organizações mais recorrentes, especialmente nas Oficinas de Formação são: O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST); o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA); o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD); a Assembleia Popular (AP) e o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMNR). Destacam-se, ainda, pastorais sociais e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

Nessa direção, cabe destacar a reflexão recente acerca das relações da RECID com os Movimentos Sociais:

As ações da RECID vêm gradativamente produzindo empoderamento e ampliação da cidadania de muita gente. E isso se deve aos coletivos de educadores(as) compostos por sujeitos que representam movimentos ou coletivos e que mobilizam pessoas, mais do que isso, movimentam bandeiras de luta. Essa é a força motriz.¹¹

Isso significa dizer que as parcerias afinadas são vitais/necessárias, sem as quais a RECID teria pouca sustentação hoje e no futuro. Nesse sentido, os dois encontros acima citados guardam coerência com os objetivos e as proposições da Rede, explicitadas nos diferentes planos para esse período. Para o educador Miguel Arroyo: “os movimentos sociais nomeiam os sujeitos dos direitos. Esses sujeitos têm rosto, têm gênero, têm classe, têm identidade, têm trajetórias de exploração, de opressão. Paulo Freire os nomeava como oprimidos na Pedagogia do Oprimido” (ARROYO, 2005, p. 4).

Para exemplificar melhor a importância das parcerias entre a RECID e outras entidades, cabe o depoimento de Silvana Maria dos Santos Tomaz, educadora popular da RECID em RO¹²:

¹¹ Documento de análise do acompanhamento pedagógico CAMP/RECID – Contexto de convênio x contexto de convívio. RECID/CAMP, 2014, p. 6.

¹² Silvana Maria dos Santos Tomaz é educadora popular da RECID Rondônia, membro do Coletivo Nacional e do Grupo de Trabalho de Sistematização, período 2011-2014.

Uma rede só existe porque se conecta, se tece e entrelaça a várias linhas que a fortalece e une seus pontos. Assim é a força da RECID, articulada a muitos parceiros que comungam de sua visão política, de seu horizonte utópico, da classe trabalhadora, em busca de transformar as relações políticas/sociais e econômicas em um sistema de produção excludente, opressor, exploratório e desumanizante, para outras formas de conviver, mais justas, igualitárias, onde caiba a diversidade cultural em suas mais complexas e distintas dimensões. São estas gentes dotadas de coragem/amorosidade e grávidas de sonhos que fazem acontecer a rede. Tais como Ecosol (Sistema Nacional de Cooperativas de Economia e Crédito Solidário), com sua visão e prática transformadora; os(as) trabalhadores(as) do campo, com seu olhar/sentir, viver a vida e sua relação e identidade com a terra. Estes parceiros se juntam em torno de um projeto alternativo, coletivo de mudança, onde todos(as) se debruçam em torno do bem comum, da vida, da felicidade.

Ainda sobre as relações de parceria entre a RECID e outras entidades de cunho popular, destacam-se as parcerias com o Movimento de Economia Solidária (ECOSOL), Sistema Nacional de Cooperativas de Economia e Crédito Solidário. Pela importância e abrangência popular desse movimento de Educação Popular, a RECID, no período de 2011-2014, tem se colocado o desafio de estar junta na organização de fóruns, nacional, estaduais e municipais, que debatam a economia solidária. Com essa parceria, se fortalecem as redes de economia solidária e os centros de formação em economia solidária (CFES), uma experiência enriquecedora para o campo da educação popular. Esses centros de formação de economia solidária na sua essência buscam fortalecer a rede de educadores(as) que atuam no campo da economia solidária, mediado pelos valores e princípios da educação popular, com outra proposta de economia e intencionalidade política para acumular forças e fazer a contra-hegemonia. De acordo com Vera Lucia Lourido Barreto, do DEPMC/SNAS/SG:

Podemos destacar que onde a RECID conseguiu fazer articulação política, como também percebe que é essencialmente necessário o fortalecimento da economia solidária e educação popular enquanto caminho para se fazer transformação social, tem contribuído pedagogicamente com os fóruns estaduais e municipais, como também na realização das conferências de economia solidária em nível estadual, regional e local enquanto espaços para o fortalecimento da participação social e da democracia participativa, assim como junto aos Centros de Formação de economia solidária, nacional e local.

Nesse sentido, há evidências de que a RECID foi um ator significativo para a realização da II Conferência de Economia Solidária, realizada de 16 a 18 de junho de 2010, com o tema: *Pelo direito de produzir e viver em cooperação de maneira sustentável*, ou seja, um tema que está nas diretrizes do Projeto Político-Pedagógico da RECID. A partir dessa conferência e de outros desdobramentos nos estados, a RECID pautou no planejamento das ações de 2014, contribuir e fortalecer a realização da III Conferência de Economia Solidária que acontecerá nos dias 26 a 29 de novembro de 2014, desde a realização das etapas locais, regionais e estaduais, como também garantir sua participação com representação no Centro de Formação Nacional de Economia Solidária e Comissão Temática de Educação Popular do CFES nacional, sempre com a intencionalidade de pautar a educação popular.

Nessa relação, o maior desafio é fazer com que Política Nacional de Economia Solidária e a Política Nacional de Educação Popular dialoguem, acumulem força e sejam instrumentos de construção de possibilidades para viabilizar outra economia e outra educação que ajudem a melhorar a vida e a dignidade das pessoas através das políticas públicas. Por isso, garantir que as propostas de educação popular e economia solidária sejam de fato efetivas no novo Plano Nacional de Educação (PNE) é fundamental para que a sociedade resgate valores como a partilha, a construção coletiva, a produção orgânica e sustentável, o respeito à diversidade e às diferentes culturas. Esses desafios motivam a RECID a estar junto na realização da III Conferência Nacional de Economia Solidária, compromisso assumido no seu plano trienal em curso.

Ainda que a temática das parcerias políticas mereça maior aprofundamento e reflexão, no limite desse texto mencionamos outras duas parcerias de **notoriedade nacional e internacional no último período: A Via Campesina¹³** e 13 Fundada em 1993 em Mons, na Bélgica, é um movimento internacional que coordena organizações agrícolas, mulheres rurais e comunidades indígenas da Ásia, África, América e Europa. Trata-se de um movimento autônomo, pluralista, sem ligações políticas, econômicas ou de qualquer outro tipo. Está formado por organizações nacionais e regionais cuja autonomia é cuidadosamente respeitada (SILVA, 2004, p. 96). Aqui no Brasil, fazem parte dessa organização os seguintes Movimentos: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Pastoral da Juventude Rural (PJR) e Comissão Pastoral da Terra (CPT).

a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG). Esses são dois importantes movimentos sociais populares do campo, de caráter popular, que muito antes do surgimento da RECID já atuavam no meio do povo, debatendo especialmente a importância da reforma agrária no Brasil, a soberania alimentar, construindo um projeto de educação do campo para e com os camponeses, incluindo os povos da floresta e das águas. Essa aproximação, construída diretamente nos estados, através de várias atividades realizadas em comum, contribuiu para a formação política e ideológica dos(as) educadores(as) da RECID e da militância desses movimentos. De acordo com Iracema Moura, do Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã da SNAS/SG/PR

Todas essas organizações estão de alguma forma articulados ou integrando organicamente à RECID em alguns estados. Podemos destacar a articulação do MPA em Sergipe, da Pastoral da Juventude Rural em Pernambuco, do MST no Mato Grosso, por exemplo. Nacionalmente, não há uma articulação sistemática com nenhum movimento social, uma vez que a relação na RECID se constitui a partir dos estados. A RECID ao longo desses anos tem se somado em algumas bandeiras e jornadas de lutas, em torno do Projeto Popular para o Brasil. Somou-se à Via Campesina ao Plebiscito popular pelo limite da propriedade da terra e agora, soma-se ao conjunto de organizações sociais em torno do Plebiscito por uma Constituinte Exclusiva e Soberana por uma Reforma Política.

Pelo exposto, a RECID, nesse período, se mostrou corajosa e comprometida, provocando o diálogo com outras forças e movimentos sociais para trabalharem juntos na construção do Projeto Popular para o Brasil, neles encontrando interlocutores políticos de importância singular.

Agora parece estar mais claro que não há como construir um projeto alternativo de país sem ampliar as lutas, sem ampliar o leque de alianças com diferentes movimentos sociais que, desde sua origem, se contrapõem ao projeto hegemônico de sociedade. Não tem como avançar em transformações importantes sem incluir na agenda de lutas a questão da democratização do Estado, com todas ou por todas as contradições que isso encerra. Para cada movimento social em particular, não há justificativa para ocupar-se dessas relações e atividades em conjunto com a RECID, se não for por objetivos relacionados a lutas mais amplas. Esse é o desafio maior a ser enfrentado.

Ainda que nesse último período a RECID tenha dado passos importantes e ampliado suas parcerias com diferentes movimentos sociais e populares, na pers-

pectiva da construção do Projeto Popular, essa é uma opção a ser qualificada e estreitada no futuro. Há, nessas parcerias, matéria-prima rica, experiências a serem compartilhadas e provavelmente alguma prática social a ser sistematizada em conjunto.

Participação em conferências e conselhos

Se compreendidos e bem interpretados os registros que referem-se à trajetória da RECID nos períodos anteriores a este, percebe-se uma inserção, um pouco tímida, nos processos de construção de políticas públicas que assegurem o direito de todos os cidadãos à educação pública de qualidade social do Brasil. No entanto, neste período atual, movida pelo contexto e realidade em que se insere, através de inúmeras ações que promovem os Direitos Humanos e a Educação como direito de todos e dever do Estado, a RECID amplia e põe qualidade na participação desses processos. Explicando melhor, a partir de um plano estratégico que envolveu todos os estados, se engaja e se enraíza politicamente, colocando a melhor energia dos(as) educadores(as) populares nesses processos de disputa. Um exemplo concreto é sua participação política, ativa e propositiva na II Conferência Nacional de Educação (CONAE). Para acompanhar os debates desse processo, que visa o direito à educação para todos, as RECIDs, nos estados, indicaram um delegado e um suplente, que participaram das pré-conferências, municipais e estaduais, das suas regiões, construindo propostas na base para levar à II CONAE, em novembro de 2014, em Brasília.

Tendo presente o desconhecimento e/ou a pouca valorização do projeto de educação popular na educação brasileira, que historicamente não reconhece o saber produzido nas lutas sociais, a RECID pautou essa questão, de modo particular nas pré-conferências municipais onde pode incidir diretamente. No entanto, a RECID reconhece seus limites. Por várias razões, às vezes de ordem política no estado até a falta de informação, alguns educadores não puderam participar das conferências estaduais, momentos importantes de construção de propostas para a conferência nacional. Mesmo assim, a RECID tomou conhecimento de todo o processo da CONAE, participou e incidiu nos debates. Considerada sua história na educação popular, ela tem o papel de tencionar a educação formal nas bases e, por isso, deve ter “incomodado e interrogado” alguns legisladores da educação brasileira e deverá manter esse propósito durante a conferência final em novembro próximo.

Para ilustrar esta descrição narrativa, é oportuno trazer a voz dos(as) educadores(as), que a partir da experiência de envolvimento na CONAE, conseguiram ver com outras lentes os processos de construção de políticas públicas

nos espaços governamentais. De acordo com o Grupo de Trabalho da II CONAE (João Werlang, Geesse de Freitas, Vera Lucia L. Barreto e Roseli Augusto):

Mesmo com as dificuldades apontadas por alguns estados, a II CONAE foi um espaço para a RECID marcar presença, fortalecer articulações locais e nacionais. De qualquer forma, podemos afirmar que a reflexão em torno da educação popular chegou aos espaços da II CONAE. A RECID, mesmo não tendo fechado numa única proposta, garantiu a educação popular, como temática na construção da política nacional de educação do Brasil. [...] Agora seguimos com a organização para a etapa nacional, vamos vir certos que os desafios por aqui serão inúmeros, estaremos prontos e postos para o debate. Para isso, garantir a leitura do Plano Nacional de Educação (PNE) e da luta pela sua votação no Congresso, como também nos apropriarmos do material da 1ª comunicoteca de 2013 é essencial para nos prepararmos, tanto quanto buscarmos a articulação junto aos parceiros do campo da educação popular é fundamental para conquistas vitoriosas na II CONAE. [...] A sociedade organizada precisa garantir e fortalecer uma educação pública de qualidade e gratuita. Afinal, as duas conferências estão pensando o Plano Nacional de Educação do Brasil, assim como estão pautando o Sistema Nacional de Educação para o Brasil. E a RECID não pode ficar de fora dessa construção.

Salienta-se que a equipe nacional de articulação política da RECID teve a tarefa de animar e orientar a participação dos(as) educadores(as), mapeando as conferências municipais e estaduais. O envolvimento da RECID na CONAE e o esforço feito para incidir nesse processo aparecem em praticamente todos os relatórios e cartas circulares das reuniões ampliadas no Coletivo Nacional.

A RECID também tem participação direta no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), por meio de um(a) educador(a) do coletivo nacional. A princípio foi representada, nesse espaço, pela educadora Suzana Coutinho, de Minas Gerais. Desde 2012, pelo educador Paulo Matoso da RECID de SP. Esse(a) educador(a) tem o compromisso de acompanhar as reuniões desse conselho, contribuir com os debates/palestras em diferentes instituições e repassar e articular junto à RECID os encaminhamentos e as decisões.

A partir do mandato 2014/2015, segundo Matoso, iniciou-se o trabalho com uma atividade integradora, na IV Conferência de SAN +2, em parceria RECID e FIAN Brasil¹⁴, que foi muito importante. Buscando refletir conjuntamente sobre a questão: como a educação popular pode contribuir com os processos de

¹⁴ A FIAN Brasil é filiada a FIAN Internacional (Foodfirst Information & Action Network).

exigibilidade do DHAA no contexto do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN)? Conforme Matoso:

Esta atividade serviu para que fossem consolidados os laços de parceria entre a Rede de Educação Cidadã e o CONSEA no sentido de qualificar nossa participação e principalmente fortalecer a concepção do trabalho da RECID na sua relação com a Segurança alimentar e Nutricional, garantindo o aprofundamento teórico sobre a Educação Popular e o Direito Humano e Alimentação Adequada (DHAA).

A partir dessas atividades conjuntas, a RECID passou a ser convidada a participar das diversas plenárias de aprofundamento teórico em diferentes espaços. O coletivo nacional pode acompanhar a participação da RECID nesse importante espaço do CONSEA, por meio dos relatórios enviados ao coletivo pelo seu representante. Recentemente, a RECID recebeu convite para continuar participando da Mesa Diretiva do CONSEA, coordenando a Comissão Popular 4 (Direito Humano e Alimentação Adequada). Isso se deu na última plenária e foi aprovado entre os dias 4 a 6 de agosto, em Brasília.

A RECID também participa de alguns debates, em nível nacional e estadual, no Fórum de Educação Popular (FREPOP) e no Conselho de Educação Popular da América Latina e do Caribe (CEALL). Destaca-se também sua participação na construção/execução do Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político.

Evidências da Dimensão Política nos relatórios e cartas circulares¹⁵

Pela responsabilidade política do coletivo nacional, no que diz respeito à condução do planejamento, desenvolvimento e avaliação do conjunto do trabalho, a RECID fez a opção de organizar reuniões nacionais específicas entre a “Comissão Nacional”, composta por doze integrantes da sociedade civil das cinco regiões, o Talher Nacional, hoje Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã – Secretaria Nacional de Articulação Social/SG/PR, Coordenação Pedagógica RECID/CAMP – Entidade Âncora Nacional, e um(a) educador(a), referência de cada estado. Contudo, se comparado às condições reais de outros movimentos sociais para fazer suas articulações políticas, há que se reconhecer um privilégio

¹⁵ Participam dessas reuniões a Comissão Nacional (CN), o Talher Nacional (TN), Entidade âncora Nacional e um(a) educador(a) de cada estado. Esse coletivo mantém reuniões periódicas, duas vezes ao ano, com caráter de encaminhar as questões definidas nos Encontros Nacionais, avaliação da caminhada e formação de educadores(as).

desse coletivo. Poderem encontrar-se regularmente, duas vezes por ano, em caráter consultivo e operativo, responsabiliza o coletivo a manter o foco na Dimensão Política, Pedagógica e Organizativa e de Gestão da RECID.

Dessas reuniões resultam dois registros: cartas circulares e relatórios. Portanto, no período de nossa descrição, encontram-se nos arquivos da RECID em torno de oito cartas circulares. Pelo seu caráter, essas cartas informam aos(as) educadores(as) o que ocorre nessas reuniões, relacionadas ao conjunto do convênio. Conforme acabamos de ver, a opção política de envolver e desafiar um grupo maior de educadores(as) populares a entender a complexidade de um convênio entre a sociedade civil e o Governo Federal, viabilizado com recursos públicos, é um aprendizado construído, especialmente nos últimos anos. Essa opção política desafia as três instâncias ao diálogo e ao trabalho coletivo: Entidade Âncora Nacional, as Entidades Âncoras Estaduais e os(as) educadores(as) da RECID, sem com isso extraviar energias nos processos burocráticos, ofuscando a importância da Dimensão Política no trabalho com a base.

Aqui destacamos dois trechos da Carta Circular que trata especificamente das manifestações massivas de julho de 2013, chamando a atenção dos(as) educadores(as) nos Estados, para que não fiquem alheios a essas manifestações.

É um momento de grandes oportunidades para a construção de uma nova correlação de forças política e cultural que pode significar transformações reais rumo ao Projeto Popular de nação. Por outro lado, há também riscos de retrocessos para situações de autoritarismo e fortalecimento de posturas conservadoras. Estas possibilidades se digladiam no dia a dia da informação e das manifestações nas redes sociais e nas ruas. Neste cenário temos que ficar atentos e atuar de forma organizada para garantir direitos já conquistados, além de avançar em vitórias concretas para o campo popular. O que não podemos fazer é abandonar as ruas, nem os espaços de organização e construção das mobilizações, a fim de contribuir com ações de construção do Projeto Popular para o Brasil. A presidenta Dilma também convocou governos e sociedade para uma construção coletiva, em torno de cinco pactos: pela responsabilidade fiscal, pela reforma política para a qual propôs um plebiscito, pela saúde, pelo transporte público e pela educação. O momento agora é de organizar o debate, ampliar a reflexão em torno do modelo de desenvolvimento que queremos e destes temas, principalmente em torno de uma reforma política, abordando aí a necessária democratização das comunicações, com foco na democratização do poder – como faz a plataforma dos movimentos sociais pela reforma política – <http://www.reformapolitica.org.br> (CARTA CIRCULAR N° 5, 2013).

No registro da primeira reunião ampliada de 2011, aparece uma avaliação política das atividades de todos os estados, em coerência com o plano de trabalho do referido ano. É contundente a pergunta: qual o papel político da RECID nas diferentes realidades onde atua? Na segunda reunião ampliada de 2012, destaca-se como articulação política a observação das linhas políticas da RECID, dentro da bandeira governista de combate à extrema pobreza; avançar no debate da educação popular como política pública e na relação com os movimentos sociais.

Nesse registro ainda encontramos alguns desafios e algumas perspectivas para 2013, elaborados à luz dos cinco grandes desafios do triênio 2012-2014, quais são: a) articular parcerias estaduais e regionalmente com outros projetos de governo do campo popular, tendo em vista o fortalecimento do projeto popular; b) fortalecer o pé dentro para além do Talher Nacional, com os setores estratégicos dentro do governo com foco na construção da política da educação popular; c) articulação com outros movimentos sociais fortalecendo as pautas políticas; d) a questão racial e questão da violência aparecem como questões que merecem aprofundamento e articulação; e) ampliar o debate e posicionamento sobre os grandes projetos e megaeventos; f) articulação entre educação formal e educação popular; g) estreitar a relação entre campo e cidade; h) avançar na maneira como órgãos do governo, em especial a SDH, vê e compreende o papel político da RECID; i) superar os estigmas construídos sobre a RECID na relação com os movimentos sociais (rede cooptada, financiadora de atividades e tentativa de pautar os movimentos); j) refletir sobre a construção de um curso de formação nacional, sistemático, continuado, de aprofundamento político, aberto para lideranças do campo popular (RELATÓRIO 2ª REUNIÃO AMPLIADA, 2012, p. 20).

Precisamente na primeira reunião de 2013, o coletivo nacional elabora as estratégias para a política, e para isso se faz as seguintes perguntas: o que a RECID compreende por política de educação popular? O que ela quer disputar com a política? Que estratégias para avançar na sua construção? Quais estratégias da RECID na CONAE? (RELATÓRIO DA 1ª REUNIÃO AMPLIADA, 2013, p. 16). Percebe-se que as questões de cunho político, especialmente aquelas emergentes, geradoras de tensões e contradições sociais no interior do trabalho da RECID, recebem nessas reuniões um tratamento maior.

Na primeira reunião ampliada de 2014, a RECID se coloca o desafio de adentrar no debate sobre o “Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político”. Para isso, traz Moroni, do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), para provocar a reflexão em torno da plataforma dos movimentos sociais e a reforma política. Aqui destacamos um trecho da fala do assessor:

*Podemos nos perguntar do porquê fazer uma assembleia exclusiva e soberana constituinte. O Brasil sempre saiu de um ciclo histórico para o outro, quem sempre se ‘danou’ foram as classes populares devido aos processos de conciliação. Sempre fruto da conciliação das elites e sem alterar estruturas sociais, mantendo as classes sociais subalternas (RELATÓRIO 1ª REUNIÃO AMPLIADA, 2014, p. 2)*¹⁶

Para ser fiel ao tratamento da questão política, encontrada nos registros, na reunião recente de 06 e 07 de junho de 2014, o coletivo nacional se colocava as seguintes perguntas: qual a contribuição da RECID para a EP e a construção do PNEP? Qual a contribuição da RECID para a educação em direitos humanos?

Nos documentos ao nosso alcance, lidos para este propósito, é notável que a RECID não ficasse alheia aos temas atuais, polêmicos e estratégicos politicamente para o trabalho popular que vem fazendo nos últimos anos. Ela assegurava a Dimensão Política nas ações locais, regionais, estaduais e nacionais porque em linhas gerais estão asseguradas no PPP/2007, no Plano Político-Pedagógico e Organizativo da RECID para o triênio 2012-2014, no 3º Programa Nacional de Formação e em cada plano de trabalho anual. Organizada e planejada dessa forma, mantendo avaliações constantes, há poucas chances de erros no que projeta e realiza.

¹⁶ Para quem deseja ler a palestra na íntegra, seguida do debate com os participantes da reunião, recomenda-se o Relatório dessa reunião, guardado nos arquivos e certamente disponível no site da Rede de Educação Cidadã.